

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO DA DECOLONIALIDADE

ETHNIC RACIAL RELATIONS AND INTERCULTURALITY IN EDUCATION: A CONTRIBUTION OF DECOLONIALITY

*¹Sawana Araújo de Souza, ²Wilson Honorato Aragão

^{1,2}Universidade Federal da Paraíba-UFPB/PPGE

*Autora correspondente: e-mail: sawana.lopes@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho visa discutir sobre a decolonialidade, as relações étnico-raciais e a interculturalidade e os seus reflexos para a formação de professores e para o currículo. Hipoteticamente, esta temática surgiu devido às profundas mudanças e perdas sociais para a população negra. Refletindo sobre a tese apresentada, surge a seguinte questão norteadora: como discutir sobre a decolonialidade, as relações étnico-raciais e a interculturalidade na contemporaneidade na educação? Para concretizar o objetivo apresentado, esta pesquisa, caracterizada como exploratória e de natureza bibliográfica, apresenta uma abordagem qualitativa. Concluímos que é possível inserir essas temáticas por meio de um currículo multirracial e por meio da formação de professores que contemple as diferentes raças, a fim de que possamos implementar uma educação das relações étnico-raciais e o diálogo intercultural na nossa sociedade.

Palavras-chave: Decolonialidade. Relações étnico-raciais. Interculturalidade. Educação.

ABSTRACT

This paper aims to discuss decoloniality, ethno-racial relations and interculturality and their reflexes for teacher education and curriculum. Hypothetically, this theme arose due to profound changes and social losses for the black population. Reflecting on the thesis presented, the following guiding question arises: how to discuss decoloniality, ethnic-racial relations and interculturality in contemporary education? To achieve the presented objective, this research, characterized as exploratory and bibliographic in nature, presents a qualitative approach. We conclude that it is possible to insert these themes through a multiracial curriculum and through teacher education that contemplates the different races, so that we can implement an education of ethnic-racial relations and intercultural dialogue in our society.

Keywords: Decoloniality. Ethnic-racial relations. Interculturality. Education

1. INTRODUÇÃO

A educação para as relações étnico-raciais é uma temática que precisa ser inserida no cotidiano escolar. Apesar dos poucos avanços alcançados pela proposta da Lei 10.639/03 no que se refere à inserção da temática acerca da cultura africana e afro-brasileira, as novas mudanças políticas e sociais têm ameaçado um silenciamento da temática no currículo escolar, proporcionando mudança na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Compreendemos a decolonização sob a perspectiva de uma oposição à luta dos grupos sociais que foram marginalizados no decorrer da história, ou seja, precisamos descolonizar o conhecimento daqueles que são considerados hegemônicos, como a população branca em detrimento do saber negro. Compreendemos que a decolonialidade significa a valorização do conhecimento socialmente construído pelos grupos sociais que foram marginalizados ao longo

da história. Além disso, entendemos que a decolonialidade está presente na formação inicial de professores através da inserção de componentes curriculares que abordem sobre a temática intercultural e as relações étnico-raciais, a fim de que contribuam para a formação dos estudantes - os futuros professores.

Diante do exposto, compreendemos que a discussão da decolonialidade torna-se necessária devido ao fato de a população negra ter sido por muito tempo marginalizada e, em muitos casos, excluída do processo educacional. No currículo escolar, essa temática costuma ser trabalhada com os alunos no mês de novembro, pois temos o dia 20 de novembro - Dia da Consciência Negra - como referência em tal currículo.

Nesse sentido, durante todo o ano letivo, corre-se o risco de haver um silenciamento acerca da temática em sala de aula, como devêssemos reconhecer e respeitar o valor do negro apenas no dia da consciência negra. Embora a legislação educacional brasileira assevere que esta discussão deve ser inserida no decorrer do ano letivo, percebemos que isso não é real, uma vez que as conversas sobre a temática são restritas a momentos que, posteriormente, são esquecidos, o que nos faz pensar na necessidade de assegurar que esta discussão esteja inserida no cotidiano escolar, de modo contínuo. Nos cursos de licenciatura, os professores devem estar preparados para trabalharem com a temática na educação básica.

Em busca do objetivo de discutir sobre a decolonialidade, as relações étnico-raciais e a interculturalidade e os seus reflexos para a formação de professores e para o currículo apresentamos como questão norteadora dessa investigação: como discutir sobre a decolonialidade, as relações étnico-raciais e a interculturalidade na contemporaneidade na educação? Compreendemos que esta é uma temática desafiadora no atual contexto político e social marcado pelo conservadorismo e por um viés hegemônico.

Diante disso, o presente texto constitui-se de três etapas: em um primeiro momento, iremos descrever o percurso metodológico deste trabalho; em seguida, iremos abordar sobre as relações étnico-raciais e a interculturalidade. Posteriormente, será feita uma breve discussão sobre o processo decolonial. Por fim, iremos responder à seguinte questão: como discutir sobre a decolonialidade, a educação para as relações étnico-raciais e a interculturalidade na contemporaneidade? Enfim, as considerações finais.

2- DESCREVENDO O PERCURSO METODOLÓGICO

Metodologicamente, a presente pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa que define-se pela aplicabilidade [15] “[...] ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam [...]”. Essa abordagem será utilizada para se fazer uma investigação sobre a decolonialidade e a educação das relações étnico-raciais na contemporaneidade. O nosso intuito é compreender como se dá a construção dessa temática no atual cenário político e social, pois entendemos que estes campos do conhecimento podem interferir para que o nosso objeto de estudo seja silenciado ou valorizado na seara educacional.

Adotamos como metodologia, também, a pesquisa exploratória que se caracteriza pela análise de “[...] alguns conceitos fundamentais usados na prática das Ciências Sociais para a construção do quadro teórico da pesquisa [...]”[15]. Na busca desse quadro teórico apontado pela autora, podemos observar que a fundamentação teórica é um elemento fundamental em uma investigação científica. Torna-se necessário inserir e aprofundar os conceitos que estabelecem uma relação com o nosso objeto de estudo.

Este trabalho caracteriza-se ainda por ser de natureza bibliográfica, visando, assim, compreender sobre o que está sendo abordado acerca do nosso objeto de estudo. É importante ressaltar que a pesquisa bibliográfica possui como característica a capacidade de ser uma “[...] peça de apoio ao trabalho de campo desenvolvido. Ela reflete o estado da arte dos conhecimentos teóricos e empíricos sobre um fenômeno”[19]. Diante do exposto, iremos utilizar como referencial teórico pesquisadores que investigam sobre a educação das relações étnico-raciais, a interculturalidade e a decolonialidade, a exemplo de Gomes (2010, 2018), Walsh (2008, 2013), Fanon (2008), Hall (2003). Com base nesses autores, iremos compreender quais são os principais conceitos adotados pelos estudiosos na contemporaneidade, observando como desenvolver a presente pesquisa.

3- A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, A INTERCULTURALIDADE E A SUA INSERÇÃO NO CAMPO EDUCACIONAL

Entendemos que ainda existem fragilidades acerca da temática educação no que se refere às relações étnico-raciais e à interculturalidade, dado que não existe uma política de formação de professores que contemple essa discussão nas universidades, bem como o currículo

ainda possui um caráter eurocêntrico e colonizador, ou seja, um currículo que considera o conhecimento branco em detrimento do conhecimento negro.

Pensando nessa visão, [13] salienta que “[...] o colonizado produz o colonizador quanto vice-versa: a "co-presença, interação, entrosamento das compreensões e práticas, frequentemente [...]”. Com base no autor em questão, compreendemos que a educação das relações étnico-raciais em uma perspectiva intercultural precisa estabelecer um diálogo entre as culturas dos diferentes povos sob a perspectiva de uma relação horizontal, sem nenhuma hierarquização entre as culturas. Sendo assim, entendemos que essa visão colonizadora necessita ser desconstruída na educação brasileira, o que nos faz passar a lutar por processo educacional que contemple as necessidades dos sujeitos que estão inseridos nele.

A discussão intercultural está emaranhada com a educação das relações étnico-raciais, pois partimos do princípio de que, no cotidiano, existe uma troca cultural da população negra com as demais culturas. Mas, pensando em interculturalidade, julgamos importante apresentar o seu conceito destacado por [20] como:

[...] en cambio, aún no existe. Es algo por construir. Va mucho más allá del respeto, la tolerancia y el reconocimiento de la diversidad; señala y alienta, más bien, un proceso y proyecto social político dirigido a la construcción de sociedades, relaciones y condiciones de vida nuevas y distintas.

Nessa perspectiva, a educação das relações étnico-raciais e a interculturalidade buscam a construção de uma sociedade mais igualitária. Com base nesse pensamento, precisamos lembrar o quanto o movimento negro necessita estar fortalecido na contemporaneidade, pois estamos presenciando um enfraquecimento político e social, como assevera [14], segundo o qual:

A memória do negro brasileiro é parte e partícipe nesse esforço de reconstrução de um passado ao qual todos os afro-brasileiros estão ligados. Ter um passado é ter uma consequente responsabilidade nos destinos e no futuro da nação negro-africana, mesmo enquanto preservando a nossa condição de edificadores deste país e de cidadãos genuínos do Brasil.

Além disso, [13] salienta sobre a miscigenação entre as diferentes culturas. Dessa maneira, não podemos compactuar com atitudes que admitem que existe apenas uma sociedade “considerada” dominante, pois há diferentes populações que contribuem para que tenhamos uma sociedade intercultural.

Partindo desse pressuposto, podemos inserir outro conceito que está presente tanto na educação para as relações étnico-raciais quanto para a mestiçagem que contribuiu para a

formação do povo brasileiro e se baseia, desde o descobrimento do país, em uma relação de uma cultura hegemônica dominante *versus* uma cultura dominada. [16] define a mestiçagem como aquela que:

[...] articulada no pensamento brasileiro entre o fim do século XIX e meados deste século, seja na sua forma biológica (miscigenação), seja na sua forma cultural (sincretismo cultural) desembocaria numa sociedade inicial e unicultural. Uma tal sociedade seria construída segundo o modelo hegemônico racial e cultural branco, ao qual deveriam ser assimiladas todas as outras raças e suas perspectivas produções culturais. O que subentende o genocídio e o etnocídio de todas as diferenças para criar uma nova raça e uma nova civilização brasileiras, resultantes da mescla e da síntese das contribuições dos 'stocks' raciais originais. Em nenhum momento se discutiu a possibilidade de consolidação de uma sociedade plural em termo de futuro, já que o Brasil nasceu historicamente plural [...].

Essa miscigenação teve como resultado a formação de um novo povo brasileiro, com uma nova identidade racial, que deverá ser problematizada no ambiente escolar. Diante disso, [16] assevera que:

[...] A ideia de uma nova etnia nacional traduz a de uma unidade que restou de um processo continuado e violento de unificação política por meio de supressão das identidades étnicas discrepantes e de opressão e repressão das tendências virtualmente separatistas, inclusive dos movimentos sociais que lutavam para edificar uma sociedade aberta e solidária.

Tendo em vista tais considerações, defendemos a necessidade de se intensificar, cada vez mais, o diálogo sobre as relações étnico-raciais e a interculturalidade tanto na educação básica quanto nas universidades. No que diz respeito às discussões no ambiente acadêmico, [11] assevera que:

[...] Diferentemente do que realizar esse procedimento entre culturas e movimentos sociais distintos, a vivência acadêmica dos intelectuais negros e o seu lugar como um lugar 'diferente' que produz conhecimento sobre a sua própria diferença dentro da ciência, nos impede ao desafio do diálogo intercultural entre sujeitos de um mesmo grupo étnico-racial que ocupam lugares distintos na sociedade e na universidade. Este diálogo deverá se desenrolar com um pé na academia e um pé nas lutas sociais e aqui se encontra o seu caráter diatópico e inovador.

Além disso, é imprescindível salientar que esse diálogo deve estar presente, também, nos movimentos sociais para que haja uma reflexão e conscientização de que podemos construir uma sociedade igualitária e justa para todas as raças. Nesse sentido, [10] demonstra que o diálogo:

[...] é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro [...]

Esses grupos sociais, a exemplo dos negros, contribuem para a reafirmação da identidade brasileira. Assim sendo, conforme assegura a Resolução CNE/CP nº2/2015, as relações étnico-raciais, em uma perspectiva intercultural, precisam ser apresentadas nas formações inicial e continuada dos professores, a fim de que haja a desconstrução de práticas discriminatórias para com as diferentes raças. Com isso, essas ações devem ser visibilizadas na prática pedagógica docente, em especial, no ambiente escolar.

Dando continuidade à discussão, percebemos que a história da educação das relações étnico-raciais foi marcada por atos discriminatórios, estando, portanto, enraizada de práticas preconceituosas, tais como a negação do direito à escolarização, ato este banido a partir da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1968, que trata sobre o acesso à educação.

Diante disso, é preciso problematizar, entre aqueles que estão atuando nas escolas, a importância de se trabalhar com as relações étnico-raciais nas instituições escolares. No Brasil, existem leis que asseguram e tornam obrigatória a educação das relações étnico-raciais no cotidiano escolar, tais como a Constituição Federal de 1988, que estabelece sobre a igualdade entre as pessoas, raça, dentre outros segmentos sociais, além da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o estudo sobre a história e cultura africana na sala de aula.

Outro documento fundamental para o nosso objeto de estudo é aquele que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº01/2004), responsável por estabelecer que:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática [2].

Dando força aos estudos das matrizes culturais brasileiras em sala de aula, em 2008, houve a inserção da população indígena a partir da aprovação da Lei nº 11.645/2008, que assevera a obrigatoriedade desse grupo social no currículo escolar. Por isso, a articulação universidade-escola deve ser permanente nas formações inicial e continuada dos profissionais do magistério, a fim de que haja a efetivação da desconstrução e (re) significação das

identidades silenciadas. Salientamos ainda que as discussões desenvolvidas no contexto brasileiro acerca dessa temática, também, devem ser desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), secretarias de educação de estados e municípios e incorporadas em suas diretrizes de maneira mais comprometida para que ocorra uma efetivação no ambiente escolar.

Frente à toda discussão realizada neste tópico, percebemos que, apesar dos documentos mencionados, bem como a existência de outros documentos, dentre os quais, temos o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13005/2014), a educação das relações étnico-raciais, em uma perspectiva intercultural, precisa fazer-se presente na educação devido à miscigenação cultural que estamos vivenciando. Essa mistura cultural está contribuindo para que possamos conhecer a cultura do “outro” e a nossa própria cultura.

4- DECOLONIALIDADE E O SEU SIGNIFICADO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA A INTERCULTURALIDADE

O processo decolonial está muito presente no nosso cotidiano, pois o verificamos por meio do desconhecimento e/ou invisibilidade da contribuição dos intelectuais negros para a nossa história. Refletindo sobre isso, [18] afirmam que: “[...]As marcas da situação colonial persistem como chagas abertas na cultura dos povos africanos, mesmo no período posterior à independência política dos seus países diante do seu reconhecimento como Estados soberano [...]”. Essas marcas possuem resquícios em nossa sociedade, pois ainda presenciamos um currículo com raízes eurocêntricas e uma formação de professores com caráter branco e “europeizado”.

Com base nessa contextualização, apontamos que o conceito de pensamento decolonial define-se como:

[...] a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial (REIS; ANDRADE, 2018, p.3).

Isso nos faz pensar que a população negra vive cercada por uma forte presença do colonizador, fazendo-se preciso, por conseguinte, a existência de uma Lei que reconheça, não só a sua cultura de origem, mas, sobretudo, a sua história, como é o caso da Lei nº 10.639/2003. Diante disso, indagamo-nos: até quando? Na realidade, não sabemos ou obtivemos uma

resposta definitiva para esta questão, mas afirmamos que existe a necessidade de inserirmos e provocarmos um debate acerca da educação das relações étnico-raciais na seara educacional. Essa inserção dá-se sob a perspectiva de construirmos o pensamento decolonial na educação, o que [20] compreende como “[...] o processo de libertação a ser realizado com a contribuição das pedagogias decoloniais não é simplesmente libertar as identidades culturais, como se a colonialidade pudesse ser superada apenas no campo cultural.”.

Compreendemos que esse debate precisa de um tempo para se efetivar na prática, mas essa busca deve ser constante no cotidiano escolar. Além disso, os movimentos sociais estabelecem uma importante contribuição para que os grupos sociais sejam inseridos na educação. Portanto, devemos buscar a implementação de uma educação que esteja em consonância com as necessidades da sociedade, sobretudo, a partir de um currículo inclusivo e, ao mesmo tempo, crítico diante das heterogeneidades nos espaços escolares.

A partir desse processo transitório, torna-se evidente destacar a criticidade de cada sujeito durante o seu processo de emancipação e o compromisso com a realidade a qual deve ser assumida e pensada, a fim de que este sujeito emancipador reivindique a mudança. Por isso, é fundamental que os sujeitos que compõem o tecido escolar brasileiro tenham a consciência crítica da necessidade desse debate para que os indivíduos que foram silenciados tenham seus direitos discutidos, incluídos e efetivados em nossas escolas.

Entendemos que o pensamento decolonial vem contribuir com o nosso trabalho sob a perspectiva de buscarmos o seu caminho de inserção na educação. Além disso, a discussão decolonial colabora na difusão do conhecimento cultural da população negra. Sendo assim, [12] assevera que “[...] Essa descolonização tem de ser acompanhada por uma ruptura epistemológica, política e social que se realiza também pela presença negra nos espaços de poder e decisão [...]”. Apesar dessa visibilidade conquistada, as políticas educacionais contaram com a contribuição e luta dos movimentos sociais que, desde os anos 1980, estão reivindicando por seu reconhecimento e em prol de uma educação antirracista. Nessa perspectiva, as escolas vêm combatendo qualquer prática discriminatória e preconceituosa que venha surgir no cotidiano escolar.

Em busca do combate a esta prática segregadora que, ainda, persiste na escola, a educação das relações étnico-raciais na perspectiva intercultural pode contribuir para que a cultura negra seja valorizada na sociedade. Por esse ângulo, [8] aponta que:

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição

diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será.

Destarte, as relações étnico-raciais devem ser dialogadas entre educadores, educandos, pais e mães, bem como a comunidade em seu entorno, considerando a importância dos movimentos sociais. Assim, compreendemos que a inclusão do debate e da legislação sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é um reconhecimento de uma dívida social com as etnias e culturas que foram alijadas do currículo escolar brasileiro.

5- A DECOLONIALIDADE, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E INTERCULTURALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: UM BREVE DEBATE NA EDUCAÇÃO

No decorrer do texto, abordamos sobre a necessidade de combatermos o silenciamento e buscar aumentar o diálogo em torno da educação a respeito das relações étnico-raciais. Nesse sentido, apropriamo-nos da expressão “daltonismo cultural” de [7] que refere-se à tendência dos indivíduos de não reconhecerem as diferenças étnicas, de diversas origens regionais e comunitárias, ou a não colocá-las em evidência na sala de aula por diferentes razões, tais como a dificuldade e falta de preparação para lidar com essas questões, ou considerar que a maneira mais adequada de agir é centrar-se no grupo “padrão”, ou, em outros casos, quando se convive com a multiculturalidade cotidianamente em diversos âmbitos, tendendo a neutralizá-la, o que leva a silenciá-la e não considerá-la um desafio para a prática educativa

5.1- A DECOLONIALIDADE, A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A INTERCULTURALIDADE NO CAMPO EDUCACIONAL

No decorrer do presente trabalho, estamos refletindo sobre o processo decolonial, a educação das relações étnico-raciais e a interculturalidade, mas o nosso objetivo é analisar as discussões em torno dessas temáticas na contemporaneidade. Por isso, a nossa preocupação, neste subitem, consiste em compreender como devemos inserir essas discussões na seara educacional.

Entendemos que, durante a modernidade, houve o predomínio do eurocentrismo que se caracteriza por uma política hegemônica e esta está interferindo no diálogo intercultural que,

segundo [6] apresenta como conceito que “[...] nos remite a la existencia de culturas diferentes y políticamente asimétricas y a la necesidad de establecer un trato más equitativo para los portadores de las culturas no-dominantes”. Com base nessa perspectiva, compreendemos que as relações étnico-raciais, em uma perspectiva intercultural, basearam-se na ideia de uma imbricação com outras culturas em um mesmo espaço. Além disso, [9] salienta que a discussão sobre as relações étnico-raciais e a interculturalidade objetiva

[...]entender e enfrentar a matriz colonial do poder, que articulou historicamente a ideia de “raça” como instrumento de classificação e controle social com o desenvolvimento do capitalismo mundial (moderno, colonial, eurocêntrico), que se iniciou como parte da constituição histórica da América.

Desse modo,[17] afirma o seguinte sobre essa política hegemônica presente na modernidade: “[...] foi imposto e admitido no conjunto do mundo capitalista como a única racionalidade válida e como emblema da modernidade”. Essa imposição e admissão ocorreram a tal ponto que essa modernidade está em crise [17]. Diante disso, a importância dos movimentos sociais, na crise da modernidade, assume uma função essencial para a educação das relações étnico-raciais devido à marcante reivindicação dos direitos sociais os quais estão presentes com maior ênfase nesse momento de crise.

Isso posto, os movimentos sociais ocorridos, especialmente, na epistemologia do Sul, assumem uma centralidade e importância durante o processo do pós-colonialismo, bem como nos movimentos contra hegemônicos. Neste sentido, [17] salienta que:

[...] essa distribuição de poder entre as pessoas de uma sociedade o que as *classifica socialmente*, determinando as suas recíprocas relações e gera as suas diferenças sociais, já que as suas características empiricamente observáveis e diferenciáveis são resultados dessas relações de poder, dos seus sinais e das suas marcas.

Em síntese, a polarização entre os sujeitos dominantes e dominados torna-se evidente ao longo da história. Partindo desse pressuposto, [17] afirma que a classificação social: “[...] adjudicou-se aos dominadores/superiores ‘europeus’ o atributo de ‘raça branca’ e a todos os dominados/ inferiores ‘não-europeus’ o atributo de ‘raça de cor’” para que a raça não seja uma forma de segregar os sujeitos, mas de lutar por uma educação que efetive e aglutine as diferenças que, porventura, possam existir na comunidade escolar que serão retratadas e analisadas nas categorias de análise da pesquisa em tela.

Sendo assim, com a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que irá nortear a política educacional brasileira, estamos vivenciando uma ameaça para a educação das

relações étnico-raciais, bem como para o diálogo intercultural. Sob esta perspectiva, entendemos que os profissionais da educação devem estar preparados para inserir a presente temática em sala de aula. Um dos caminhos que devemos adotar para que haja essa implementação é o currículo, ou seja, precisamos trabalhar com um currículo que englobe todas as temáticas e grupos sociais, a exemplo da população negra. Ainda, precisamos dar visibilidade à temática na prática pedagógica dos professores, ou seja, quebrar a cultura do silêncio que, ainda, persiste na seara educacional.

Além disso, os cursos de licenciaturas das instituições de ensino superior (IES) estão vivenciando um processo de reformulação em seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e, por meio dessa reformulação, a temática do diálogo intercultural e das relações étnico-raciais pode se fazer presente através dos componentes curriculares. Acreditamos que este tema deve ser inserido na formação inicial de professores, a fim de que essa troca cultural seja realizada nessa formação e concretizada na prática pedagógica. Por outro lado, [9] assevera que “[...] as dificuldades de se estabelecer um diálogo crítico entre os diferentes sujeitos socioculturais na definição das políticas educacionais resultam da falta de reconhecimento identário”. Isso nos mostra que o reconhecimento da identidade dos sujeitos que contribuem para a formação da sociedade brasileira deve ser reconhecido e valorizado no campo educacional.

Diante do exposto, compreende-se que a discussão decolonial está contribuindo para quebrar certos estereótipos de que a cultura branca ainda é hegemônica. Por isso, esta deve ser a luta dos profissionais em educação ao formar educadores que estejam preparados para inserir todos os sujeitos no espaço escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possuiu como objetivo discutir sobre a decolonialidade, as relações étnico-raciais e a interculturalidade na contemporaneidade. Entendemos que esta é uma temática desafiadora, em especial, nos tempos políticos e sociais de retrocessos e perda dos direitos sociais.

Com base nessa perspectiva, apreendemos que a educação das relações étnico-raciais e o diálogo intercultural precisa ser inserida na contemporaneidade, pois a partir destas discussões podemos contribuir e dar voz aos sujeitos que foram marginalizados pela história com caráter branca e hegemônica. Diante disso, o Estado deve pautar-se nas diferentes culturas existentes as quais devem ser problematizadas pela comunidade escolar, para que não ocorra a sua

subordinação aos interesses do mercado, ou seja, uma política do ‘adestramento’, cujo benefício não seja o capital produtivo humano. Assim sendo, não podemos compactuar com o silenciamento dessa temática na educação, tendo em vista que vivemos em um país miscigenado e com diferentes culturas.

Portanto, entendemos que a nossa contribuição com este trabalho dá-se sob a perspectiva de refletirmos sobre o quanto ainda precisamos avançar nas discussões acerca do nosso objeto de estudo e pela busca de um currículo mais heterogêneo, mais multirracial e de uma formação de professores que prepare os futuros docentes para trabalharem com esses conteúdos no espaço educacional.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. **Constituição do Brasil de 1988**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

[2]_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Resolução nº01/2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=12816>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

[3]_____. **Planalto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº9394/1996)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 13 dez. 2018.

[4]_____. **Lei Federal nº 10.639/2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências**. Brasília, 2003. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/110.639.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

[5]_____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Terceira versão**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 15 dez 2018

[6]BARONNET, Bruno; URIBE, Medardo Tapia (coordinadores) **Educación e interculturalidad: política y políticas**. p.203. 2013

- [7]CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-247820080001&lng=en&nrm=iso/. Acesso em 17 nov.2018
- [8]FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscara Branca**: lugar de negro na França. Tradução Renato Silveira. Salvador: EDUFPA, 2008.
- [9]FLEURI, Reinaldo Matias. **Interculturalidade, identidade e decolonialidade**: desafios políticos e educacionais. **Série-Estudos**. Campo Grande, MS, n. 37, p. 89-106. 2014
- [10] FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- [11]GOMES, Nilma Lino. Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- [12]_____. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 154 p. 2017.
- [13] HALL, Stuart **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- [14] NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, p. 197-218, 2009.
- [15] MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.
- [16] MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.
- [17] QUIJANO, Aníbal: Colonialidade do poder e classificação social. In: MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- [18] REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**.nº202.
- [19] RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- [20] WALSH, Catherine (ED.). Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa. Bogotá - Colombia**, No.9: 131-152, julio-diciembre 2008

[21]_____. **Pedagogías Decoloniales:** prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. tomo i. quito, ecuador: ediciones abya-yala, p. 553 2013.